

ACTA
da
Reunião de negociação com o
Sindicato Independente do Corpo da Guarda Prisional

Acta n.º 31

Aos 22 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 15h00, compareceram no Salão Nobre do Ministério da Justiça os Senhores Presidente da Direcção, Secretário-Geral e 1.º Vogal do Sindicato Independente do Corpo da Guarda Prisional (SICGP), bem como, em representação do Senhor Ministro da Justiça (MJ), os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ) e as Senhoras Adjuntas dos Gabinetes dos Senhores MJ e SEJMJ, a fim de se proceder a reunião de conclusão da negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, das normas da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 (PLOE/2011) com particular relevância em matéria remuneratória, em particular os artigos 17.º, 18.º, 19.º, 31.º e 32.º.

A reunião iniciou-se pelas 15h35, tendo o Senhor SEJMJ resumido as matérias abordadas na reunião anterior no âmbito da negociação do diploma de transferência do subsistema de saúde dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça para a ADSE e apelado a que o SICGP contribua para a criação de um observatório de transição para assegurar uma monitorização eficaz da forma como os actuais beneficiários dos SSMJ passarão a ser tratados no âmbito do sistema da ADSE e dos Serviços Sociais da Administração Pública, tendo ainda sublinhado que o Ministério da Justiça assegurará que todos os problemas que eventualmente se verifiquem e lhe sejam comunicados serão de imediato reportados ao Ministério das Finanças para que actue junto da ADSE para a resolução dos mesmos.

O SICGP aproveitou para transmitir a sua preocupação relativamente à manutenção da qualidade dos serviços que serão prestados e, sobretudo, de certos tipos de tratamento (como é o caso do tratamento da Hepatite B, doença de elevado risco de contracção pelos guardas prisionais e seus familiares); para informar que a CUF deixou entretanto de aceitar o cartão do subsistema dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça; e que, se se assegurar a manutenção dos tratamentos mais prolongados, em particular quanto às pessoas que estão a ser acompanhadas por psicólogos e psiquiatras, nada terão a opor ao projecto.

O Senhor SEJMJ registou as preocupações e reiterou o apelo de criação de medidas que ajudem à monitorização do processo de transferência.

Procedeu-se de seguida à conclusão da discussão das normas da PLOE/2011 com particular relevância em matéria remuneratória, tendo o SICGP enunciado algumas das preocupações que afectam o corpo dos guardas prisionais, em particular no que se refere a provimentos na sequência de concurso, a promoções e ao funcionamento do sistema de classificações e de antiguidade.

Quanto à redução remuneratória e à proibição de valorizações e progressões, o Senhor SEJMJ destacou a nova redacção dada à PLOE/2011, com particular destaque para a diferenciação de taxas aplicáveis à redução remuneratória prevista no artigo 17.º, bem como a clarificação de que os subsídios de férias e de Natal constituem modalidades autónomas.

O SICGP declarou manter a posição contrária às medidas propostas pelo Governo na PLOE/2011, sendo frontalmente contra a redução remuneratória a operar e recordou haver questões concretas por definir, referentes a progressões e promoções, que o Senhor SEJMJ informou terem sido transmitidas ao Ministério das Finanças, esperando-se que o diálogo culmine num resultado positivo.

A reunião terminou pelas 16h35.

Feito, rubricado e assinado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos signatários.

Em 22 de Outubro de 2010,

Pelo Sindicato Independente do
Corpo da Guarda Prisional,
O Presidente da Direcção,

Júlio Dinis Guedes Rebelo

Pelo Ministério da Justiça,
O Secretário de Estado da Justiça e da
Modernização Judiciária,



José Magalhães